

## **O fator da inclusão na acessibilidade: uma necessidade de igualdade**

### *The factor of inclusion in accessibility: a requirement for equality*

**Tarcisio Dorn de Oliveira, Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Doutorando em Educação nas Ciências pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.**

tarcisio\_dorn@hotmail.com

**Gabriel da Silva Wildner, Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo pela UNIJUÍ. Bolsista PIBIC - CNPq.**

wildner.gabriel@gmail.com

**Jandha Telles Reis Vieira Müller, Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo pela UNIJUÍ. Bolsista PIBIC - CNPq.**

jandha\_telles@hotmail.com

**Lia Geovana Sala, Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.**

lia.sala@unijui.edu.br

**Bruna Calabria Diniz, Acadêmica do Curso de Engenharia Civil pela UNIJUÍ. Bolsista Grupo PET Engenharia Civil – UNIJUÍ.**

bbrunadiniz@hotmail.com

**Ismael Antonio Faggion, Acadêmico do Curso de Engenharia Civil pela UNIJUÍ.**

ismael.faggion@outlook.com

## **Resumo**

Este documento intenta debater acerca da importância de garantir a acessibilidade universal em espaços urbanos públicos, valendo-se de pesquisa bibliográfica. O grande desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbana é um dos fenômenos que melhor caracteriza nossa civilização contemporânea. A cidade não é um feito recente: é resultante de um processo histórico. Recentemente, as normas de acessibilidade foram desenvolvidas, porém muito ainda precisa ser implantado na prática. Assim, torna-se cada vez mais importante a discussão da acessibilidade para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Inclusão; Igualdade; Responsabilidade social

## ***Abstract***

*This document aims to discuss about the importance of ensuring universal accessibility in public urban spaces, making use of literature research and case study. The great development of cities and urban ways of life is one of the phenomena that best characterizes our contemporary civilization. The city is not a recent made: is the result of a historical process. Recently, accessibility laws have been developed , but much still needs to be implemented in practice. So, the discussion of accessibility becomes even more important for a more inclusive and equitable society.*

***Keywords:*** Accessibility; Inclusion; Equality; Social responsibility

## 1. Introdução

A acessibilidade é um termo bastante comum e atual, pois trata do acesso de pessoas com deficiência aos meios de transporte, serviços públicos e ambientes físicos (TANGARIFE, 2007). Apesar disso, observa-se a ausência de sua prática em diversas cidades, sendo este um caminho longo a ser percorrido. A temática começou a fazer parte das discussões a respeito das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência há muito pouco tempo no país (COSTA, 2005). Segundo a autora, antes da Constituição Federal de 1988, a matéria havia sido tratada apenas na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro 1978, e, ainda assim, o texto dizia respeito tão somente ao acesso aos edifícios e logradouros.

Porém, com a promulgação da Constituição de 1988, houve a inserção efetiva do assunto no marco legal federal brasileiro, ainda que de forma muito tímida (COSTA, 2005). O tema é citado na Carta Magna em seu artigo 5º, que garante o direito de ir e vir, e estabelece que: “XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” e no artigo 227, que define que: “§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.”.

Segundo Kinsky (2004) o termo acessibilidade está ligado à superação de barreiras, previstas no artigo 5º da Constituição Federal, (...), segundo o qual todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza". No ano 2000 duas leis finalmente debatem o assunto, sendo as Leis Federais nº 10.048 e 10.098. Estas apresentaram uma visão mais ampla sobre a matéria, segundo Costa (2005). A autora expõe que a primeira, elaborada pelo Poder Legislativo, trata de atendimento prioritário e de acessibilidade nos meios de transportes, e inova ao introduzir penalidades ao seu descumprimento. A última, escrita pelo Poder Executivo, subdivide o assunto em acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação e em ajudas técnicas (COSTA, 2005).

Tavares Filho *et. al* (2002) argumenta que no Brasil, a acessibilidade é conceituada como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. O conceito refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital.

Contudo, ainda que o Brasil possua uma legislação avançada, abrangente e moderna do ponto de vista científico e tecnológico, existe ainda uma grande dificuldade em implementá-la no país, afirma Costa (2005). O tema acessibilidade é novo e, devido a isto, ainda há um desconhecimento sobre a obrigatoriedade de sua efetivação, bem como a respeito de como colocá-lo em prática, completa a autora. Para Sasaki (2004), o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de

todos os cursos formais e não-formais existentes no Brasil. Para o autor a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica.

Observa-se que, ao longo dos anos, houve um enriquecimento em relação ao conhecimento sobre o assunto “acessibilidade”. Entretanto, apesar da sociedade civil estar cada vez mais mobilizada, consciente de seus direitos e realizando o controle social, a efetivação da acessibilidade não depende unicamente de mudanças estruturais, mas primordialmente de uma mudança cultural, o que é um pouco mais difícil de se alcançar (COSTA, 2005).

## **2. Metodologia**

Na elaboração deste ensaio teórico<sup>1</sup> observou-se o estudo exploratório, onde tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que esta reflexão tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, onde seu planejamento a priori é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico desenvolvido com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos, que a partir dos dados obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado.

## **3. Resultados e discussões**

### **Acessibilidade – histórico e conceitos**

Segundo Sasaki (2004), historicamente, a origem do termo acessibilidade para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 1940, nos Estados Unidos. Já na década de 1950, o autor supracitado, salienta que com a prática da reintegração de adultos reabilitados, ocorrida na própria família, no mercado de trabalho e na comunidade em geral, profissionais de reabilitação constataram que essa prática era dificultada e até impedida pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo.

Sasaki ainda mostra que na década de 80 o segmento de pessoas com deficiência desenvolveu verdadeiras campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas (desenho adaptável) como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (desenho acessível). Pelo desenho adaptável, a preocupação é no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos. Já pelo desenho acessível, a preocupação está em exigir que os arquitetos,

---

<sup>1</sup>Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias – Gtec – da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios (TANGARIFE, 2007).

Na década de 1990, começou a ficar cada vez mais claro que a acessibilidade deveria seguir o paradigma do desenho universal, segundo o qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios fossem projetados para todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência. E, com o advento da fase da inclusão, hoje entende-se que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico (SASSAKI, 2005).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a definição de acessibilidade é o processo de conseguir a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade. Isto é, assegurar e promover meios para que todos os indivíduos de uma comunidade tenham a oportunidade de realizar seus fluxos de forma mais igualitária, e para isso é necessário compreender que cada indivíduo possui suas singularidades, e que para alcançar um grau de igualdade é necessário considerar as diferenças que são apresentadas por cada um dos integrantes da comunidade. Isto requer a eliminação de barreiras arquitetônicas, a disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos (TANGARIFE, 2007).

Sasaki (2004) divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, mostrando que todas essas dimensões são importantes. Ao analisar mais a fundo o conceito de acessibilidade, constata-se a complexidade das relações que ocorrem dentro da esfera do social, e quão importante é a análise e o cuidado para que um projeto de intervenção seja materializada em um espaço e venha a funcionar de maneira eficaz sem que comprometa ou seja comprometida pelas outras dimensões.

Maior (2004), responsável pela Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Corde), da Secretaria Especial de Direitos Humanos, esclarece o conceito de acessibilidade escrevendo o seguinte: "No imaginário de muitos, a ideia de acessibilidade ficou associada ao usuário de cadeira de rodas. Mas acessibilidade não é só construir rampa e baixar meio-fio; é promover uma maior igualdade de oportunidades". Assim compreende-se que a acessibilidade transcende o aspecto físico e eventual das nossas relações cotidianas com a acessibilidade, e que ela exige mudanças significativas no âmbito cultural para que se possa, dessa forma, promover uma maior igualdade de oportunidades dentro da sociedade.

A consideração do termo acessibilidade não poderá ser ditada por meras razões da solidariedade, mas, sobretudo, por uma concepção de sociedade realmente, onde todos deverão participar, com direito de igualdade, e de acordo com as suas características próprias. (CONDORCET, 2006). É observado nas cidades que a acessibilidade, de fato, é contemplada por parte da comunidade como um ato de solidariedade somente voltado para os indivíduos que possuam alguma deficiência física, e não como um modo de promoção da igual e plena cidadania de todos. Num contexto mais amplo, a acessibilidade surge como tributo imprescindível na sociedade permitindo que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades, a saber: educação, trabalho, habitação, lazer, cultura e as novas

tecnologias da informação e comunicação (AMENGUAL, 1994, *apud* TAVARES FILHO, 2003).

### **Acessibilidade como ferramenta de inclusão social**

Na opinião de Goitia (1992), o grande desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbana é um dos fenômenos que melhor caracteriza nossa civilização contemporânea. A cidade não é um feito recente: é resultante de um processo histórico. Este processo tratado aqui pelo autor, possui como resultado o presente, isto é, todos os movimentos vistos em sociedade nos dias atuais tiveram primícias no passado as quais causaram algum tipo de inquietação por parte da população provocando o surgimento de reflexões sobre a temática ao longo do tempo. A acessibilidade antes mesmo de receber tal terminologia, já transformava a cultura da população e era tema dos questionamentos quotidianos relacionados à cidade.

Mesmo dentro do processo de globalização, que vem como um rolo compressor provocando profundas transformações não só no mundo econômico, mas também com reflexos em todos os ramos de atividades os quais procuram novos caminhos em direção à renovação e modernização, não foi ainda suficiente para resolver o problema da pessoa com deficiência na esfera do trabalho (TANGARIFE, 2007). Isso porque ainda há o estigma de que a deficiência é um bloqueio aos fluxos das cidades e a ideia de que o problema social de acessibilidade pode ser solucionado facilmente a partir de simples medidas paliativas no espaço físico. Entretanto não é levado em consideração e nem há um planejamento para como essas mudanças devem alterar o comportamento do social e no que isto pode acarretar, se não houver um programa de promoção do respeito às diferenças nas cidades atuando em conjunto, de modo que toda a população compreenda e colabore para tornar sua cidade mais justa a todos habitantes através do respeito mútuo, teremos apenas um espaço construído na intencionalidade de ser acessível, não de acessibilidade.

De acordo com Clemente (2002), apesar das falhas, a sociedade moderna não pode deixar em brancas nuvens, sem exigir uma mudança do quadro. Ainda segundo o autor, os deficientes eram tratados basicamente como empecilho à vida ao invés de começar a acordar para a importância de aprender a conviver com as diferenças com os direitos e necessidades do próximo. Para Garcia (2004), há descompasso entre o que norteia os textos legais e a realidade, e como consequências, temos a dificuldade da sociedade de comunicar-se na forma escrita e falada, com as pessoas com deficiência, criando um obstáculo, simplesmente por não conseguir conviver com aqueles cujas respostas à estímulos são lentos ou imperceptíveis a grande maioria da população tida como normal.

A comunicação interpessoal, de fato, é um aspecto de grande relevância a todos. Contudo no caso de deficiências que afetam de alguma forma a interlocução do sujeito, a comunicação ganha maior importância, é ela que vai definir que a pessoa consiga se expressar diante de uma situação dentro de uma cidade, espaço qual indivíduos ocupam, e conseqüentemente irão conviver juntas. A acessibilidade, nesse caso entra como mudança da consciência coletiva, de forma que ao menos a população tente compreender as expressões desses que não possuem uma comunicação usual, dita normal, e enxerguem cidadania nesses sujeitos. Para combater a forma diferenciada de tratamento de pessoas

com deficiência, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou em 1958 a Convenção nº 111 que conceitua o termo Discriminação como sendo aquele que tenha por efeito anular ou reduzir a qualidade de oportunidade ou tratamento no emprego ou profissão (OIT, 2005).

Um dos fatores que contribui para a inclusão social, no que se refere à acessibilidade, segundo Fresteiro (2010) é a eliminação de obstáculos ou barreiras construtivas. Pode-se incluir todo o tipo de pessoa a participar ativamente da vida, atuando em diferentes ramos da sociedade, seja trabalho, lazer, estudo, atividades esportivas e outros. Ambientes pensados para esses usuários devem proporcionar conforto, segurança e adaptabilidade para suprir as diferentes necessidades de cada sujeito que fará uso desses espaços além de acolher e motivar a realização das atividades desses. Ao agregar instrumentos de acessibilidade nas cidades há um estímulo para que o público com algum tipo de deficiência, nesses casos a física, ocupe de forma menos irrestrita a cidade.

No mesmo caminho, Elali *et al.*, (2010. p. 125) afirmam que as barreiras psicológicas devem ser consideradas, pois envolvem a identificação da imagem que as pessoas têm do meio e a sua percepção da possibilidade de se sentirem inseridas naqueles locais. Assim, a questão da acessibilidade não se restringe apenas na obrigação de conceder ambientes com mobilidade, mas principalmente na necessidade de permitir aos deficientes a sua inclusão na sociedade.

#### **4. Considerações Finais**

É evidente que nas últimas décadas o crescimento das cidades tem sido proeminente a capacidade de perceber e solucionar problemas a fim de suportar as necessidades dos grandes fluxos de pessoas no cotidiano da urbe. O problema urbano ocasionado por esse crescimento desenfreado produz tantos problemas nos núcleos centrais das cidades quanto nas áreas mais afastadas, principalmente, relacionados à mobilidade urbana. E quando há um cenário propício para a resolução desse problema, a cidade define como prioridade o tráfego, deixando com que aspectos como a acessibilidade fiquem em segundo plano, de modo que prejudica parte da população.

A gestão urbana entra como uma ação política, componente do governo da cidade, responsável pela elaboração de políticas públicas, pela sua concretização em programas e pela execução dos projetos. Sendo uma ação pública, é de vital importância que possibilite os direitos básicos de seus cidadãos. O lazer também entra como um componente da qualidade de vida da comunidade, principalmente quando relacionado a pessoas com

deficiência, já que possibilita a integração com a comunidade, promove uma maior interação social, o aumento da autoestima do sujeito, promove a descoberta ou desenvolvimento de potencialidades individuais e ocupação do espaço da cidade de forma a vivenciar a plena cidadania.

A acessibilidade entra então como forma de proporcionar, através do ambiente construído, condições para que todos possam se movimentar de um espaço a outro com autonomia e segurança. E isso só é possível eliminando as barreiras existentes em nossas cidades, estas sendo de natureza arquitetônica, urbanística, de meios de transportes, de comunicação ou sociais. Contudo, apesar de compreender de que um espaço físico em cidades que visam ser acessíveis aos mais diferentes tipos de pessoas ao atender às suas necessidades seja fundamental, deve haver a consciência de que o espaço físico destinado a ser acessível por si só, não promove a inclusão social.

É importante que pessoas com necessidades especiais se sintam confortáveis, acolhidas, convidadas e, principalmente, respeitadas ao desfrutar da cidade juntos dos demais, e somente estas condições, em um espaço construído acessível a todos, é capaz de oferecer possibilidades igualitárias a seus usuários, promovendo a inclusão social.

## Referências

- AMENGUAL, Clotilde. **Barreiras arquitetônicas: Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico**. Rio de Janeiro, 1994. Anais do VI SIANF.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.
- CONDORCET, Bernard. 2006. Disponível em: [http://intervox.nce.ufrj.br/~bernard/VI\\_encontro/4\\_ACESSI.TXT](http://intervox.nce.ufrj.br/~bernard/VI_encontro/4_ACESSI.TXT). 2006.
- COSTA, G. R. V.; MAIOR, I. M. M.; LIMA, N. M. **Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica**. CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência / Secretaria Espacial dos Direitos Humanos Presidência da República. Brasília - DF, 2005.
- ELALI, G. A.; ARAÚJO, R. G.; PINHEIRO, J. de Q. **Acessibilidade psicológica: eliminar barreiras “físicas” não é suficiente**. In: PRADO, A. R. de A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. *Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2010.



- FRESTEIRO, R. H. **A influência da iluminação: identificando barreiras.** In: PRADO, A. R. de A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. *Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil.* 1 ed. São Paulo: Annablume, 2010.
- GARCIA, Carlos Alberto. **Subprograma Nacional para Trabalhadores Portadores de Deficiência.** São Paulo: FUNDACENTRO, 2004.
- GOITIA, F.C. **Breve história do urbanismo.** Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- KINSKY, Marcos. **Serpro garante acessibilidade digital para portadores de necessidades especiais.** Disponível em: <[http://www.serpro.gov.br/noticiasSERPRO/20040618\\_07/view](http://www.serpro.gov.br/noticiasSERPRO/20040618_07/view)>. 2004.
- MAIOR, Izabel Loureiro. **Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social.** Disponível em: <[http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc\\_003.htm](http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm)>. 2004.
- OIT. **Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Acessibilidade: Uma chave para a inclusão social.** Disponível em: [http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc\\_003.htm](http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm). 2004.
- TANGARIFE, Timóteo; MONT'ALVÃO, Cláudia. **A acessibilidade nos websites governamentais: um estudo de caso no site da Eletrobrás.** Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado - Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- TAVARES FILHO, J. P., MAZZONI, A. A. RODRIGUEZ, A .M. e ALVES, J. B. M. **Aspectos ergonômicos da interação com caixas automáticos bancários de usuários com necessidades especiais características de idosos.** In: Congresso Iberolatinoamericano de Informática Educativa Especial, 3. Anais em CD, Fortaleza - Brasil, 2002.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease.** Geneva; 1980.